

# MONOPOLIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS: TERRITORIALIDADES E MODOS DE PRODUÇÃO EM DISPUTAS NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO<sup>1</sup>

Monopolization and r-stocks: territoriality and modes of production in disputes in the Northwest of Espírito Santo

Monopolización y r-existencia: territorialidad y modos de producción en disputas en el Noroeste de Espírito Santo

**Angelo de Sousa Zanoni**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: angelo\_sz@hotmail.com

*Artigo recebido em: 22/06/2015*

*Artigo publicado em: 14/12/2015*

## RESUMO

Trata dos diferentes usos do território Noroeste do Espírito Santo, trazendo um recorte espaço-temporal a partir da década de 1920 até os dias atuais. Em um primeiro momento, expõe a gênese da atual estrutura fundiária desse território, destacando uma porção caracterizada pela predominância da pequena propriedade. Em seguida, investiga as transformações ocorridas na década de 1960, destacando a industrialização e modernização agrícola, bem como as posteriores mudanças oriunda do modelo urbano-industrial estendido para o campo. Por fim, aponta para os movimentos camponeses de r-existências, indicando a educação do campo como um elemento estratégico para a recreação e reprodução camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

**Palavras-chave:** camponato, territórios e modernização agrícola.

## ABSTRACT

Treats different uses of the Northwest Territory of Espírito Santo, bringing a cutout space-time from the 1920s to the present day. At first, explains the genesis of the current agrarian structure of this territory, highlighting a portion characterized by the predominance of small property. Then investigates the transformations that occurred in the 1960s, highlighting the industrialization and agricultural modernization, and subsequent changes arising from the urban-industrial model extended to the field. Finally, points to the peasant movements of r-stocks, indicating rural education as a strategic element for the recreation and peasant reproduction in the Northwest Espírito Santo.

**Keywords:** peasantry, territories and agricultural modernization.

## RESUMEN

Aborda los diferentes usos del territorio del Noroeste de Espírito Santo, trayendo un espacio-tiempo de corte trayendo un recorte espacio-tiempo de la década de 1920 hasta nuestros días. En un primer momento, muestra la génesis de la estructura agraria actual de ese territorio, destacando una porción que se caracteriza por el predominio de la pequeña propiedad. Después investiga las transformaciones que ocurrieron en la década de 1960, destacando la industrialización y la modernización de la agricultura, así como los cambios posteriores procedentes del modelo urbano-industrial extendido al campo. Por último, apunta a los movimientos camponeses de r-existencias, indicando la educación del campo como un elemento estratégico para la reproducción y recreación de los camponeses en el noroeste de Espírito Santo.

**Palabras claves:** camponesinos, territorios y modernización agrícola.

*1- Trabalho desenvolvido na dissertação à nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo apoio financeiro e institucional foi oferecido pela FAPES.*

## INTRODUÇÃO

O Noroeste do Espírito Santo passou por diversas transformações, sobretudo a partir de programas de aldeamento indígena, de incentivos para colonização daquele território por meio do estabelecimento de pequenas propriedades, e da territorialização dos latifúndios nas proximidades da divisa com Bahia e Minas Gerais (Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo). Após esse período, novos arranjos políticos vão direcionar a estrutura econômica do Brasil e do mundo, impulsionado pelos planejamentos econômicos baseados na industrialização. A partir das elites políticas e econômicas, sobretudo durante o regime militar, impulsionou-se o surgimento de novas indústrias por meio de ideais desenvolvimentistas, os quais exerceram fortes influências e transformação das relações de produção no campo. No Noroeste do Espírito Santo, a indústria de café solúvel, que se expandiu pelo mundo a partir dos anos 1950, terá uma grande influência na territorialização do capitalismo internacional em áreas de pequenas propriedades, por meio de uma mercadoria que carrega as novas relações de produção capitalista: o café conilon.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se expandem projetos territoriais hegemônicos verifica-se também movimentações contrárias, conduzindo as relações camponesas para outras formas de apropriação do território. Dessa forma, estamos admitindo diferentes usos territoriais, seja pela prática de monopolização, seja por práticas de r-existências. Tentamos, assim, não considerar a história enquanto uma linha sequencial e evolutiva, pois devemos contemplar as rupturas e suas possibilidades que foram e são concretizáveis no espaço e no território, e que mudam o curso programado por um planejamento realizado por atores hegemônicos.

Uma das estratégias de apropriação territorial camponesa é a educação do campo que, através da alternância, busca adaptar a prática educativa da escola à realidade social a qual os estudantes estão inseridos. Essa modalidade de escola do campo possibilita uma participação das famílias camponesa no processo educacional, sendo assim um importante espaço para fortalecimento da territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

Apresentamos neste artigo uma breve reflexão teórica da qual se baseou este es-

tudo, principalmente a partir da categoria analítica que é o território e do campesinato enquanto sujeito histórico e político. Em seguida, apresentamos a gênese da atual estrutura fundiária do Noroeste do Espírito Santo, no sentido de trazer elementos explicativos da predominância de pequenas e médias propriedades. A partir daí, apresentamos as transformações ocorridas neste território através do período de industrialização e modernização do campo, com intuito de mostrar como esse processo afetou o campesinato territorializado no Noroeste do Espírito Santo. Por fim, apresentamos a educação do campo como uma estratégia territorial camponesa para fortalecimento de seu modo de produção, que é distinto do que foi implementado a partir da modernização e da industrialização do campo.

### **Pensando a monopolização, pensando as r-existências: olhares sobre o território.**

Quando estamos falando em diferentes usos e apropriações territoriais, partimos do pressuposto de que o território é uma categoria analítica. Mas, conforme nos indica Santos e Silveira (2001), “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado” (idem, p. 247). Portanto, o território se torna uma categoria central, pois compreende os usos que os sujeitos sociais fazem dele.

Quando verificamos uma diferença na forma de apropriação desse território, torna-se possível observar disputas e tensões entre os diferentes sujeitos que se apropriam. Porém, a convivência entre os diferentes modos de apropriação territorial pode tornar-se difícil pelo fato de que a existência de um prejudica a existência ou crescimento do outro. No momento atual, verificamos que as relações capitalistas tendem a aniquilar aquilo que impede sua acumulação, necessitando de uma dominação sobre alguns aspectos da vida cotidiana.

Ao analisarmos esses diferentes olhares sobre o território, percebe-se que há uma disputa que está associada à forma na qual os sujeitos se apropriam do mesmo, o que levou Milton Santos (2000) a propor duas categorias de análise, distintas, porém, complementares e contraditórias.

Por um lado, uma lógica de apropriação capitalista a partir de uma especialização produtiva, que enxerga o território como recurso, privilegiando-se de seu lado econômico e exploratório. Por outro lado, apresentam-se outras lógicas que enxergam o território como abrigo e, por isso, se enriquecem de relações não contabilizadas pelo capital, o que permite trazer outros elementos culturais, econômicos, e mesmo emocionais/afetivos; o lugar enquanto pertencimento parece fundamental para o entendimento do uso do território como abrigo.

O território é construído de forma contraditória e desigual, simultânea e combinado, da mesma forma que se dá o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, o capitalismo se expande sobre o campo num processo marcado pela industrialização agrícola, isto é, “pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2012, p. 76). Entretanto, devido o capitalismo se desenvolver de forma contraditória e desigual, esse processo também marcou uma expansão da agricultura camponesa, “cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital” (idem, p. 76). Desta forma, este geógrafo formulou dois instrumentos de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

A territorialização do monopólio ocorre quando o capitalista industrial, capitalista da agricultura e proprietário de terras se constitui uma mesma pessoa. Neste caso, há uma hegemonia total do modo capitalista de produção na agricultura, e onde há uma submissão da circulação pela produção, isto é, a produção comanda a circulação. Formam-se latifúndios e monoculturas, utilizando-se de mão-de-obra assalariada, dificilmente admitindo a presença de camponeses que, quando estão presentes, ficam “ilhados” pelo latifúndio monocultor.

Dentro dessa mesma perspectiva teórica apontada por Oliveira (2012), também é possível observar o que denominou de monopolização do território. Neste caso, o capital se territorializa sem que haja expropriação dos camponeses, que passam a produzir com base na circula-

ção, pois esta comanda a produção, conforme o interesse do capital monopolista. O que ocorre é a sujeição do campesinato ao capital, portanto, há uma sujeição da renda da terra ao capital. Neste processo, os monopólios atuam de forma parcial, pois pode ser, por exemplo, um capitalista da agricultura ou industrial, mas não é proprietário de terra. Dessa forma, algumas transformações são mais possíveis de acontecer, caracterizando, então, uma hegemonia parcial do modo capitalista de produzir na agricultura.

(...) quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesas, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir (OLIVEIRA, 2012, p. 106).

O território não é homogêneo e não se pretende a homogeneidade. Conforme nos indica Lefebvre (2006) ao conceituar espaço abstrato e espaço diferencial: o primeiro é um espaço concebido, planejado, um espaço dominante em uma sociedade (um modo de produção), que tende a homogeneidade; enquanto o segundo é o espaço vivido, que acentua as diferenças, e que reúne as funções, os elementos e os momentos da prática social, que o espaço abstrato separa. Eles estão simultaneamente contidos no que denominou de espaço social.

Porém, uma mostra seus limites, enquanto a outra traz as alternativas, pois são resistentes e criadores, diferentes do modelo hegemônico, que se quer homogeneizante, mas que, na realidade, provocam r-existências do espaço vivido dos povos que são tentados a se subordinar à lógica capitalista de produção.

Utilizamos o termo r-existência por compreender que o mesmo traz uma abertura ao que normalmente chamamos de resistências. Conforme nos indica Porto-Gonçalves (2006), “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (idem, p. 51).

No caso do recorte espacial referente ao Noroeste do Espírito Santo, essa r-existência estará associada às práticas e relações camponesas de produção. Dessa forma, ao tratarmos de um território cam-

pesino, admitimos que o campesinato ali existe e, para continuar se reproduzindo, ele precisa r-existir aos novos modos de produção capitalista no campo, inseridos constantemente numa concepção de modernização.

No sentido de continuidade das relações camponesas de produção, Oliveira (1987) propõe que o campesinato seja entendido pelo seu potencial de recriação, uma vez que o capitalismo se desenvolve de forma contraditória e combinada. Neste caso, o capitalismo promove o avanço das relações capitalistas no campo, ao mesmo tempo em que produz e reproduz relações não-capitalistas de produção. Então, o campesinato deve ser compreendido como componente interno ao capitalismo, sendo uma resposta às correntes teóricas que apontam para o fim do campesinato. Essa contraposição parte de uma aproximação da realidade que evidencia constantes lutas sociais pelo acesso à terra (posseiros, sem-terras, etc).

Se as teses de extinção do campesinato, de fato, tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornados proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses. Logo, são as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, seguidas por esses autores, que possivelmente não têm capacidade explicativa (OLIVEIRA, 2012, p. 72).

Dessa maneira, SHANIN (2008) também aponta para duas conclusões distintas, porém interligadas, sobre a existência do campesinato: a influência dos não camponeses em seu modo vida; e a flexibilidade, invenção e criação características do modo de vida camponês.

(...) a vida e existência camponesa é, sob um grau considerável, definida por não camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos, etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é, sobretudo, complexa, e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25).

Esta criatividade e flexibilidade para encontrar soluções e dar continuidade a

sua produção e reprodução, faz com que os camponeses continuem existindo e, sobretudo, resistindo. Por isso, devemos considerar o campesinato dentro de um movimento. “Como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança” (SHANIN citado por MARQUES, 2008, p. 51).

Estamos, pois, tratando de uma abertura do conceito de campesinato. O camponês não está fadado ao desaparecimento, porque o momento histórico atual aponta para sua recriação e reprodução como sujeito de direito no que tangue a questão agrária. Também não é um conceito eurocêntrico, porque na medida em que o modo capitalista de produção se mundializa, os modos não-capitalistas (camponeses) de produção também se mundializam, visto que estamos admitindo a desigualdade e contradição como componentes do desenvolvimento capitalista.

### **Gênese Fundiária do Noroeste do Espírito Santo: o estabelecimento da pequena propriedade.**

Atualmente, o norte do Espírito Santo possui, em geral, a presença de pequenas, médias e grandes propriedades. Esta última encontra-se de forma mais evidente no litoral e extremo norte. Já a pequena e média propriedade concentram-se numa porção noroeste do estado, conforme nos indica o mapa a seguir.

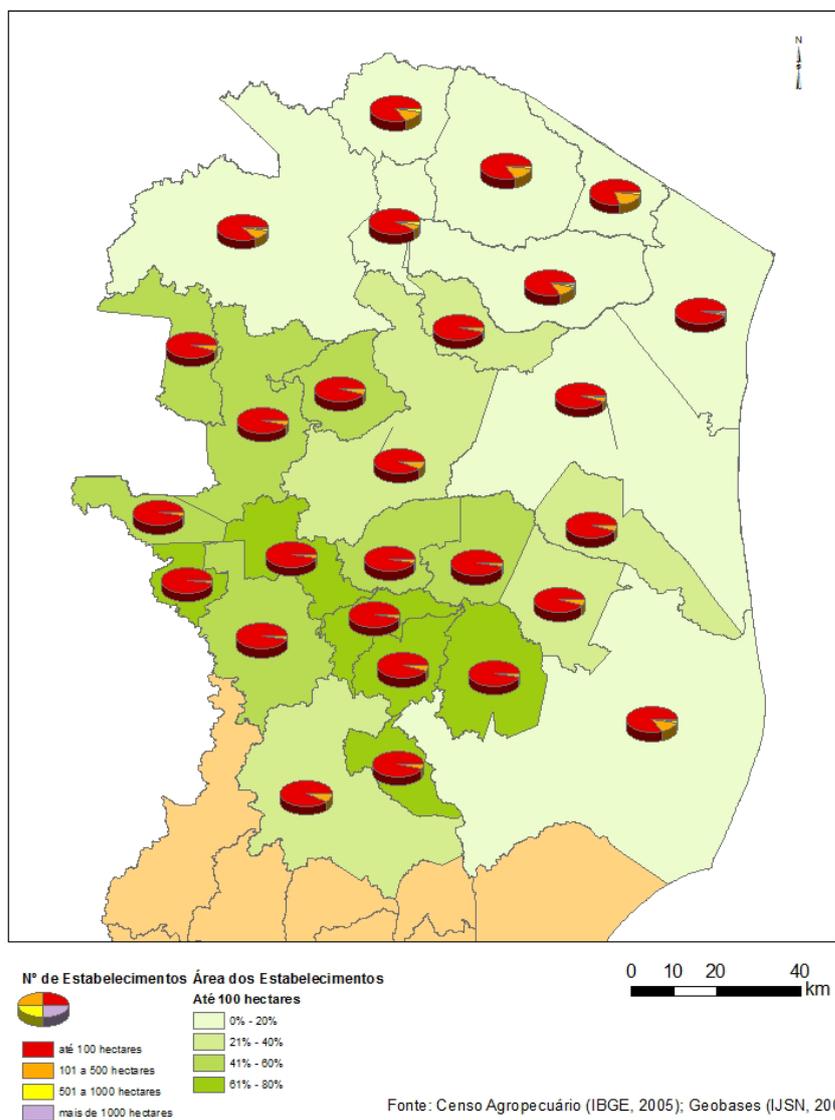


FIGURA 1 - Número de estabelecimentos e área com até 100 hectares - 2006

Em estudo realizado (ZANONI, 2011), verificamos que o estabelecimento da pequena propriedade nesta porção do noroeste do estado, esteve ligado a uma política de colonização desenvolvida na década de 1920 pelo governo capixaba. Para isso, foi necessário analisar o processo de aquisição de terras, sendo que as mesmas, até a década de 1920, eram devolutas. Impulsionado por uma política de colonização fortemente atrelada a interesses político-econômicos de uma classe dominante no Espírito Santo, esse processo provocou uma movimentação de povos incentivados a migrarem para aquele território e de povos que já ocupavam tradicionalmente tal território.

Um primeiro elemento de extrema importância para entendermos o processo de colonização no Noroeste do Espírito

Santo é a análise de discurso, especialmente do discurso colonial, que sustentou esse processo e as futuras obras de autores que tratam àquela região. A colonização é carregada de intencionalidades por parte de uma classe dominante capixaba, que via a oportunidade de explorar os recursos e os povos daquele e naquele território. Por isso, termos como “região estagnada e vazia” permeavam aquele momento e se sustentam até hoje em alguns materiais bibliográficos levantados.

Moraes (2004), por exemplo, ao tratar da região norte, diz que: “o norte, com os seus peneplanos e rios navegáveis, ficou vazio por quatro séculos” (idem, p. 16). Assim como ele, outros autores também analisam de forma semelhante. Vejamos sobre o “Isolamento do norte do Espírito Santo”, analisado pelos autores Borgo,

Rosa e Pacheco (1996):

O isolamento geográfico de uma determinada região, em geral, ocorre em virtude de certos obstáculos na superfície terrestre, como desertos e montanhas. No caso do norte do ES (...) tal isolamento decorreu da falta de estradas e meios de comunicação que a ligassem ao resto do Estado e do país, circunstância que se fez presente até meados do século XX.

Assim, a grande barreira a vencer (...) foi a ausência de estradas e meios de comunicação.

Limitado às vias fluviais o acesso ao interior, só muito mais tarde se abriram as primeiras picadas que serviram de base para as futuras estradas de ferro e de rodagem, que permitiram tirar a região da estagnação em que se encontrava. (BORGIO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 91).

O discurso colonizador vê o lugar “isolado” como lugar a ser colonizado. “Região estagnada” e “vazio demográfico” são termos que foram declarados e ainda são reproduzidos em alguns trabalhos como os acima citados. Desprezam-se, assim, as vidas que já habitavam aquela região, que existiram, mesmo antes desse projeto colonizador, pois não eram de interesses político-econômicos, pelo contrário, para os colonizadores eram vistos como as “barreiras” a serem vencidas. Esta leitura invisibiliza e inviabiliza a existência de outros povos e suas territorialidades, sendo eles os colonizados, circunscritos na outra margem do ‘front’ colonial, mas que se movimentam e participam de forma ativa na construção da fronteira.

Outras bibliografias identificam-se povos que estiveram na região, porém não consideravam esses povos como sujeitos de direito, por isso, ao mesmo tempo em que identificam a presença de indígenas, caracterizavam sua área como estagnada e atrasada<sup>2</sup>. O pensamento colonial não admite outras territorialidades, por isso, a necessidade de invisibilizar e inviabilizar os povos nativos, para garantir a exploração colonial de seus territórios.

Embora termos como “vazio demográfico” tenham sido utilizados para justificar a colonização, todavia não foi uma particularidade da história e geografia capixaba. Conforme Moreira (2001), trata-se de uma construção ideológica para a expansão colonial europeia a partir do século XV, amplamente utilizada pelos impérios e posteriormente pelos Estados Nacionais. É assim, escondiam as violentas formas de colonização e conquistas

por parte dos colonizadores.

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroados, botocudo e outras, mas também os denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira (MORAIS, 2001, p. 100).

O discurso promulgado pelo projeto colonizador já iniciava os próprios trabalhos de colonização e expansão das fronteiras coloniais do Espírito Santo. Havia diversas forças originadas de distintos lugares adentrando naquelas terras, o que levanta alguns questionamentos que o discurso colonizador tenta invisibilizar: para onde foram os posseiros, caboclos, negros refugiados e indígenas?

Numa região anunciada como “vazia”, a frente pioneira se deparava com habitantes que se relacionavam com a terra a partir de outros valores, não apenas econômico, mas tendo-a como abrigo, refúgio, além de possuírem memórias e valores culturais a ela associadas. Esses povos, quando não expulsos ou inseridos em política de aldeamento, se refugiavam em outras matas, em outros lugares, e nem sempre de forma pacífica, pois também resistiam às violências, às doenças e barbáries cometidas em seus territórios. Por esse motivo, José de Souza Martins (1997) enxerga na fronteira a degradação do outro, para desse modo viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

O mapa a seguir, realizado por Bernardo Neto (2012), apresenta a de expansão colonial e a consequente perda de territórios indígenas no Espírito Santo. A partir da década de 1920, *quando diversos subgrupos de Krenaks já estavam aldeados* (BERNARDO NETO, 2012), em Pancas ou em outros aldeamentos em Minas Gerais, é que se iniciou um novo projeto de colonização do Noroeste espírito-santense.

Não apenas os indígenas, mas também os posseiros que se localizaram na região

2- O mundo não é simplesmente um conjunto de regiões atrasadas (pelo relógio de quem?) à espera que chegue a modernização, como se o pólo moderno (Europa) fosse o lado ativo e o resto do mundo o lado passivo do devir histórico (PORTO-ALVES, 2003, s/p.).

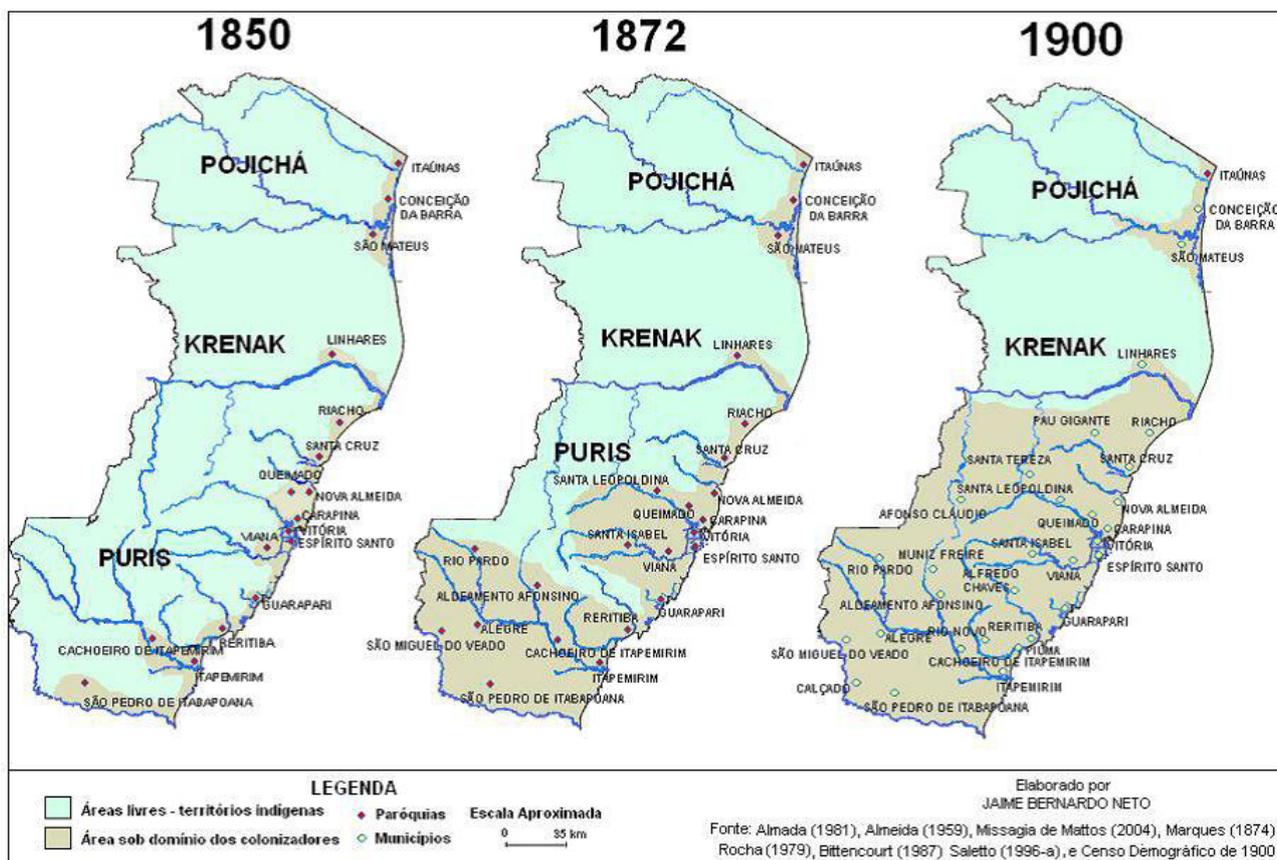


FIGURA 2 - Processo de expansão colonial e perda de territórios indígenas: de 1850 a 1900.

Fonte: Organizado por BERNARDO NETO (2012)

antes da expansão colonial. Poucos conseguiram permanecer na terra de forma legal, pois para esses, há um grande abismo no acesso aos direitos legais vigentes.

Quanto mais a fronteira colonial se expandia, menos os indígenas, quilombolas e posseiros garantiam suas terras e território. Ao norte do Espírito Santo, na divisa com os estados de Minas Gerais e Bahia, houve um dos maiores conflitos por terras na região, conhecida como Contestado; um marco no espaço-tempo de um conflito resultante das expansões coloniais sobre territórios ainda não “civilizados”. A região do Contestado ficou marcada na história e geografia capixaba devido o conflito pela terra, de forças oriundas de várias localidades, dentre elas os fazendeiros, grileiros, latifundiários, indígenas, posseiros, dentre outros; que vinham do sul da Bahia, leste mineiro, sul do Espírito Santo, Ceará. Portanto, eram diversos os vetores de expansão para àquela região, que culminou em um grande conflito por terra e pela demarcação da fronteira colonial. Esta fronteira colonial não terminaria ali, pois continuou sua empreitada nas terras do norte brasileiro, mais especificamente em Rondônia.

A fronteira, pelo lado do colonizador, se estabelece e se define como um lugar do conflito, de disputas, sendo, portanto, um elemento de bastante importância para a análise dessa colonização. Procuramos entendê-la com base em duas dimensões coloniais: de definição e de expansão. A primeira se refere à definição de uma fronteira político-administrativa a serem resolvida entre os governos do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia; enquanto a segunda se refere à expansão de uma fronteira agrícola, que se caracterizou pela extração madeireira, e estabelecimento de lavouras cafeeiras e pastagens.

No Espírito Santo consolidou-se uma hegemonia por parte do capital comercial, principalmente através do comércio do café, produto principal da economia capixaba. Por isso, essa elite estava interessada na comercialização do café, que seriam produzidos pelas famílias camponesas em pequenas propriedades. Até a década de 1950, o governo e os mercadores interessavam-se na distribuição de terras para famílias camponesas mediante a produção daquilo que os interessavam, basicamente o café.

## As Novas Transformações do Território: industrialização e modernização agrícola.

A partir de 1950, aumentam os incentivos à produção em larga escala, e não mais em pequenas propriedades. O latifúndio continuava a ser uma condição para a expansão do capitalismo e definição das fronteiras através de projetos de produção em monocultivo (pecuária na década de 1950, eucalipto na década de 1970, e cana-de-açúcar nos anos 1970).

Estabelecida a zona litigiosa entre Espírito Santo e Minas Gerais, ocorrida especificamente em 1963, o Brasil já se encontrava em transição para uma nova fase econômica do capitalismo mundial e da política direcionada pelo regime militar, fortemente atrelado aos ideais desenvolvimentistas, sobretudo com base na industrialização. Embora as mudanças ocorressem a nível mundial e nacional, a nova fase de planejamento econômico do Estado atinge seriamente a vida econômica e social local, porque os planos se territorializam na medida em que são implementados, reconfigurando a dinâmica territorial.

Embora já se conhecesse indústrias em território brasileiro fomentada na Era Vargas, esse setor ganhará um forte impulso após a Segunda Guerra Mundial, a partir da qual o planejamento econômico adquire uma posição estratégica no campo estatal e empresarial. Essas duas forças se reúnem para determinar os novos planos para o crescimento econômico com base na industrialização. O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), com o lema desenvolvimentista “50 anos em 5”, objetivou a implantação de projetos ligados à indústria de base, além de investimentos em outras áreas, como energia e transporte. A industrialização e os projetos desenvolvimentistas ganham ainda mais força durante o regime militar e a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), em duas versões: o I PND (1972-1974), e o II PND (1975-1979).

No Espírito Santo, o governo do Estado passa a conduzir suas atividades em proximidade aos projetos de uma nova organização empresarial que se iniciava: a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). No primeiro relatório realizado pelo Conselho Técnico da FINDES intitulado Desenvolvimento

Municipal e Níveis de Vida no Espírito Santo mostra-se claramente a intencionalidade desses sujeitos. Semelhante pelo seu discurso da modernização, o discurso de vazios demográficos voltaram a se fazer presentes na formulação desta ideologia. Ao se referir ao norte do Rio Doce, este relatório diz que “é uma região que ainda procura sua vocação econômica e social. Caracterizam-se extensos vazios demográficos, grandes áreas de terras devolutas e a economia ainda reveste caráter extrativo”. (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p.52 apud DARÉ, 2009, p.36).

Nessa nova onda de modernização, o café continua a ser central no estabelecimento das políticas econômicas e industriais no Brasil. Com intuito de planejar a economia cafeeira de forma a controlar os preços do mercado, o governo federal criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952 pela lei n.º 1.779. Com base em suas atribuições, o IBC então criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA), pelo decreto n.º 79, em outubro de 1960, para dar maior amparo a política de controle da produção e comercialização do café, no sentido de evitar supersafras. Os planos do GERCA estavam direcionados, basicamente: à erradicação, na qual os pés de café com baixo rendimento seriam arrancados pelos produtores, através de indenização ofertada pelo governo; e à diversificação de culturas ou à renovação do parque cafeeiro.

No que se refere ao Plano de Erradicação dos Cafezais, o GERCA o implementou em duas fases: a primeira, realizada entre 1962 a 1963; e o segundo entre 1965 a 1967, sendo este o mais expressivo no Espírito Santo. Ao final, foram erradicados 1.379.303 cafeeiros a nível nacional, liberando 1.492.248 hectare de área. O Espírito Santo reduziu 53,8% das suas lavouras, totalizando aproximadamente 70% do total da área de lavoura cafeeira. Mesmo contribuindo com pouco mais de 10% da produção nacional de café, foi o estado que mais aderiu ao programa, recebendo recursos financeiros do IBC-GERCA tanto para erradicação dos cafezais, quanto para “diversificação” e renovação do parque cafeeiro.

Após o serviço de erradicação, com as áreas liberadas, o GERCA, a partir de 1967, passa para etapa de diversificação econômica das regiões cafeeiras, através do Programa de Diversificação do Espírito Santo. O governo de Christiano Dias

Lopes efetuou uma grande reforma administrativa, criando e reorganizando órgãos estatais no sentido de atender as novas mudanças proposta pelos projetos de modernização e diversificação econômica no estado. Na verdade, a diversificação não se mostrou tão diversa assim, uma vez que era uma diversificação dirigida, ou melhor, pré-estabelecida. Após análise encomendada pelo governo, através do IBC/GERCA, foram publicados os Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado Espírito Santo, no qual apontou que a diversificação econômica do estado se faria, prioritariamente, por meio da silvicultura, da pecuária, da cana-de-açúcar e fruticultura. Inicia-se também a elaboração do Projeto de Renovação da Caficultura, lançado em 1968, porém, com intuito apenas de renovar o parque cafeeiro do café arábica, estabelecendo para isso a Zona do Café Fino nas regiões acima de

400 metros de altitude. Por causa desse fato, o noroeste do Espírito Santo, ficou impossibilitado de receber os benefícios desse programa.

A industrialização estava direcionada tanto para os centros urbanos, como também para as regiões agrícolas. O início das instalações das novas indústrias, principalmente de mineração e siderúrgica, requer um grande contingente de mão-de-obra. Então, o projeto de modernização e diversificação da economia capixaba, necessitava novamente de um deslocamento de pessoas, a fim de trabalhar na realização desses empreendimentos. Dessa forma, além da liberação de cerca de 300 mil hectares de lavouras cafeeiras, estavam liberados também grandes contingentes de pessoal para as atividades industriais nascentes, momento no qual a população da área rural migra para os centros urbanos, conforme é apresentado na tabela abaixo.

TABELA 1 - Variação da população urbana e rural no Espírito Santo (1950 – 1980).

População	1950		1960		1970		1980	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Rural	666.627	77,38	919.498	70,82	877.110	54,84	729.962	36,14
Urbana	194.935	22,62	378.744	29,18	722.214	45,16	1.293.378	63,85
Total	861.562	100,00	1.298.242	100,00	1.599.324	100,00	2.019.753	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Porém, antes da erradicação do café, houve uma forte transformação no mercado internacional do café, que foi a entrada do café robusta de origem africana no mercado norte-americano, maior consumidor de café do mundo. Segundo Duque (1976), “um dos motivos fundamentais para a ocorrência desse fenômeno seria o surgimento, em larga escala, de fábricas de café solúvel norte-americano, que passam a trabalhar com o produto africano e, também, centro-americano, objetivando a industrialização do café” (idem, p. 58).

Isso indicava que o surgimento da indústria de solúvel estava requerendo maior quantidade de café robusta africano, uma vez que sua importação seria mais barata e com maior rendimento na fabricação. As indústrias de solúvel, neste momento, estavam se espalhando pelo mundo, em regiões da Ásia, Europa, América do Norte e Central, e eram basicamente controladas por duas empresas multinacionais: a General Foods e a Nestlé, as mesmas que

detinham 75,3% do mercado norte-americano (DUQUE, 1976).

Tomando conhecimento do crescimento do mercado de café solúvel no mundo, alguns personagens políticos e empresariais, passaram a se movimentar em busca de incentivos para a implantação da indústria de solúvel no Brasil. A justificativa seria que a indústria de solúvel oferece vantagens para a política econômica brasileira em torno da industrialização de sua principal matéria-prima.

Esse pedido foi atendido pelo governo que, através do IBC elabora o programa de “Diretrizes de uma Política Cafeeira a Longo Prazo”. No mínimo três tentativas foram realizadas para incentivar a implantação de indústrias brasileiras de café solúvel. Dessas, a mais bem sucedida se deu no ano de 1968, no governo militar comandado por Costa e Silva, com a criação do decreto n.º 62.076, que trata da Indústria do Café Solúvel, no sentido de abrir a possibilidade para instalação e

ampliação das indústrias de solúvel. Dentre as seis selecionadas, uma era capixaba: a Real Café Solúvel.

No caso da indústria do café solúvel no Espírito Santo, a Real Café, sob domínio do Grupo Tristão, exerceu forte influência nas transformações ocorridas no território noroeste a partir dos anos 1960/70. Mas, ela não foi a única mediadora dessas transformações, havia outros grupos interessados nesse novo mercado de expansão, principalmente àqueles já ligados à cafeicultura. Essa transformação não esteve relacionada apenas à mercadoria produzida, tendo em vista que o café foi e continua sendo o carro chefe da produção naquele território, porém, essa nova indústria impulsionou mudanças nas relações e no modo de produção. Dentre as mudanças podemos citar o incentivo à produção de café conilon, à especialização produtiva, ao aumento do uso de insumos externos (maquinários, fertilizantes, agrotóxicos, adubos químicos, etc.). A estrutura fundiária não se modifica de forma significativa, e dessa forma o capital se territorializa em forma de monopólio, tendo em vista que ele não se apropria da terra, mas sim da renda da terra.

O agronegócio do café conilon se assentou em terras de pequenos produtores, ou melhor, em terras camponesas, pois nessas verifica-se relações camponesas de produção, dentre elas, a mão-de-obra essencialmente familiar. Esses camponeses necessariamente se inseriram de forma mais direta no mercado capitalista, seja na venda dos seus produtos, ou na aquisição de insumos externos.

O capital, então, se territorializa de forma a instituir monopólios que atuam no comércio da produção em questão. Numa porção do noroeste do estado, por caracterizar-se pela predominância de pequenas propriedades, conclui-se que o capital não se territorializou de forma majoritária na apropriação da terra, e sim na apropriação da renda da terra.

Esse processo pode ser entendido dentro do conceito formulado por Oliveira (2012): monopolização dos territórios, uma vez que o capitalista domina não os meios de produção (a terra e os instrumentos de trabalho), mas sim o resultado da produção: o café. A produção está subordinada à lógica comercial, pois esta direciona o que será produzido a partir de incentivos trazidos para que a mesma seja realizado.

Estando o mercado direcionado a certo tipo de produto, além de instituições privadas e governamentais incentivando e orientando a produção com base em um mesmo tipo de mercadoria, o camponês facilmente se insere neste tipo de mercado, devido sua maior abertura. Aumenta-se a especialização produtiva e, conseqüentemente, a dependência do mercado e de fatores externos; aumenta-se também o uso de insumos externos.

Podemos dizer, com isso, que o camponês está subordinado à lógica capitalista? Sim e não. Sim, porque ao inserir-se nesta lógica, ele estará sustentando a reprodução do capital a partir da destinação de sua produção ao monopólio cafeeiro; e não, porque sendo dono dos meios de produção, ele também está propício a novas mudanças, à busca de alternativas, quando o mercado ora consolidado encontrará dificuldades para se reproduzir e ampliar, criando assim novas “crises” cafeeiras.

Neste sentido, não estamos considerando que o campesinato tem se integrado de forma totalizante no mercado capitalista, mas sim se recriando na medida em que o capital se expande em territórios ainda não conquistados. Isso ocorre porque o campesinato não é um sujeito externo ao capitalismo, mas ele se recria conforme o capital se desenvolve.

O campesinato, sobretudo, a partir dos movimentos sociais organizados tem se atentado para a subordinação e a exploração a que estão sujeitos e, por isso, traçam novas estratégias de reprodução e recriação com base na autonomia de seus projetos.

### **Campesinato e R-Existências: alternativas camponesas de recriação por meio da educação.**

A educação, ao mesmo tempo em que pode estar voltada para um ensino técnico funcional, para o atendimento do agronegócio, ela também pode estar direcionada a uma emancipação social. Para isso, é necessário que ela seja própria e apropriada pelos povos camponeses. Nesse sentido, uma modalidade de educação implementada no Brasil na década de 1960, tem mostrado potencial para uma educação dos povos camponeses, principalmente, através da juventude rural, na qual se estabelece uma relação próxima entre escola e comunidade, sob o princípio da pedagogo-

gia da alternância.

Existem basicamente duas maneiras de pensar a educação para os povos do campo:

**a)** A primeira, conhecida como educação rural, leva a educação para o campo (educação “no” campo), numa visão urbano-industrial, onde o campo é considerado atrasado, e a possibilidade de desenvolvimento se dá a partir da formação de mão-de-obra com intuito de suprir tanto as cidades quanto as indústrias do campo. Atualmente, estão direcionadas ao que se chama de agronegócio, que se caracteriza pelo uso intenso dos recursos naturais e de insumos externos. Diante disso, verifica-se que há uma força exógena que impõe o modelo desenvolvimentista aos povos do campo por meio da educação;

**b)** A segunda, é a educação “do” campo, onde se pressupõe uma educação pertencente ao campo e para o campo. Deve-se superar a dicotomia campo e cidade, criada e mantida pela separação entre trabalho agrícola e trabalho industrial e comercial. É uma educação que respeita os diferentes povos do campo, suas culturas, seu modo de viver, de pensar e de produzir. Uma educação que se faz necessário a presença dos sujeitos locais no processo de construção pedagógica. Que valoriza o saber local, o lugar, e passa a compreender o mundo e as relações que se estabelecem no atual período histórico. Dessa forma, verifica-se que o lugar se faz importante para o processo educacional, é uma força endógena construindo uma educação do campo e para o campo.

Ao iniciar a década de 1960, o governo do estado, em consonância com o governo federal, programou ações direcionadas a instauração da política desenvolvimentista, conhecida como Grandes Projetos Industriais. A implantação de indústria requer um espaço apropriado, tanto no que se refere à localização, quanto ao que se refere à funcionalidade. A mão-de-obra, neste caso, é um elemento de extrema importância para a viabilidade desse projeto. Acontece que, como já vimos, a maior parte da mão-de-obra no Espírito Santo estava nas áreas rurais e o deslocamento dela para o centro urbano-industrial foi viabilizada graças à invenção da “crise” cafeeira por uma ideologia que, junto à crise,

indicava o campo como lugar de atraso e a cidade como prosperidade.

Mesmo com as dificuldades encontradas pelos camponeses, emerge uma articulação evidenciando um espaço de r-existência a esse modelo urbano-industrial e que vai repensar o lugar do campo e o lugar do homem, das mulheres e dos jovens no campo. E isso, ganhou materialidade quando o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (ME-PES) tornou-se um agente socioeducador no meio rural. A Educação do Campo veio reinserir os povos do campo em sua história, com intuito de respeitar e valorizar seu modo de vida, suas temporalidades, suas territorialidades e seus saberes. Portanto, é uma educação enquanto espaço de r-existência ao modelo dominante de conceber e instrumentalizar o campo.

A alternância tem como princípio básico o desenvolvimento de uma ação educativa integrada e reflexiva entre pais, estudantes e comunidades. Por isso, é um sistema educativo em que o estudante alterna períodos de aprendizagem na família (sessão), na comunidade e na escola (estadia), estreitamente interligados entre si por meio de instrumentos pedagógicos específicos. É um caminho que se trilha na superação de um dos maiores desafios para a educação nos dias de hoje: a integração entre escola e realidade vivida e a realização do processo ensino-aprendizagem a partir do diálogo entre saberes práticos e teóricos.

Essa modalidade de pedagogia, a alternância, foi implementada no Noroeste do Espírito Santo pela primeira vez no ano de 1971, com o Centro Familiar de Formação em Alternância (CEFFA) do Bley. O CEFFA do Bley tem um papel estratégico para o fortalecimento da cultura e dos saberes camponeses, uma vez que se localiza numa área central em relação aos territórios camponeses, isto é, próximo às áreas de pequenas propriedades no noroeste do Estado. Possui uma aproximação com os Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), o que fortalece ainda mais a sua política pedagógica de se trabalhar com a agroecologia.

Caporal et. al. (2006) afirma que a Agroecologia se apresenta enquanto uma ciência integradora com os saberes populares:

(...) reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da

floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local” (CAPORAL et. al., 2006, p. 02).

Portanto, o diálogo de saberes é fundamental para se construir princípios e conceitos de Agroecologia, ou seja, não se restringe apenas ao saber científico, mas também ao saber popular local. Um dos monitores do CEFFA do Bley explica a forma que a Agroecologia está sendo trabalhada dentro da escola da seguinte forma:

“(...) pode-se dizer que a Agroecologia está dentro de todas as disciplinas, seja ela técnica, social, natural, exatas. Entendendo a agroecologia numa visão mais macro da agroecologia, que é o equilíbrio do ambiente, entre as pessoas, a harmonia do homem, da natureza e do meio ambiente. A agroecologia, então, está dentro do plano de curso da escola”.

Essa atuação possibilita aos estudantes e as famílias se posicionarem de forma autônoma em relação ao mercado capitalista, o qual tem se preocupado em aumentar sua área de domínio através da monopolização do território, isto é, tendendo a homogeneidade, sobretudo por

meio do café conilon. Esse mesmo monitor informa que vários pais de estudantes ou mesmo os agricultores do entorno da escola estão aderindo uma prática agrícola menos utilitarista. Segundo ele “a agroecologia se mostra diferente em diferentes lugares e um ponto positivo para a transição agroecológica, na realidade do entorno da escola, foi o modo de pensar a produção”. Ao conversar um pouco mais ele explicou que:

“Antes, o agricultor plantava pra vender, e comprava pra comer. Há oito anos atrás era esse o retrato. Fizemos um diagnóstico: e constatamos o alto uso de veneno, adubo químico muito forte e monocultura. Então a partir daí, começamos a pensar nesse sentido: Um primeiro aspecto: temos que voltar a produzir alimento. Porque? O dinheiro que você deixar de gastar é economia da família, porém o mais importante é produzir alimento saudável, que vai garantir saúde pra você no dia-a-dia. É você produzir a própria alimentação e comprar o mínimo possível. Outro aspecto foi produzir diversificado. Porque depender só do café? Se você planta só café, porque não plantar banana, cacau ou o porco, pra não depender só do café?! Trabalhamos então na escola com os estudantes, famílias e agricultores e iniciamos um trabalho junto com o MPA. Fizemos um curso com agricultores, em oito módulos. Eram 25 agricultores.

Essa lógica mudou muito. Aqueles que plantavam, café, começaram a plantar banana, feijão, criar galinha. E agora planta-se para comer, vende-se o excedente e compra-se o que falta. Isso diversificou a produção”.

No sentido de estabelecer as possibilidades e o alcance do CEFFA do Bley, levantamos dados sobre as situações socioeconômicas da família dos estudantes, a partir das categorias pequeno, médio e grande proprietário, meeiro, assalariado, autônomo e assalariado. Verificamos a predominância de pequenos proprietários na composição do público atendido no CEFFA do Bley. Relacionamos isso ao fato de que a escola encontra-se num território marcado pela presença do campesinato em pequenas propriedades, configurando a territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

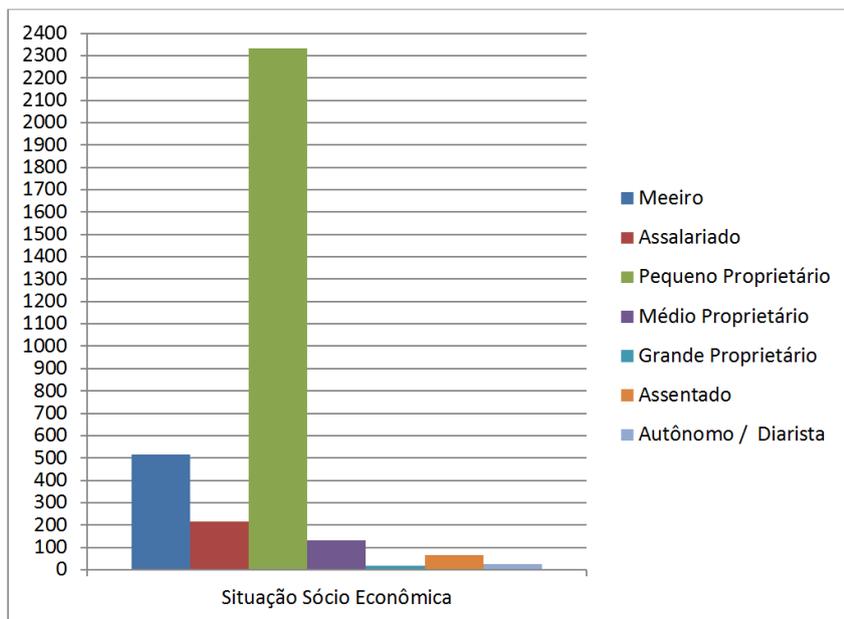


FIGURA 3 - Número de estudantes e situação socioeconômica das famílias atendidas pelo CEFFA do Bley, 1989 – 2010.

Fonte:IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Com intuito de estabelecer as possibilidades e alcance da escola, elaboramos o mapa a seguir o qual estabelece a territorialidade do CEFFA do Bley, no sentido de afirmar sua presença nos territórios cam-

pesinos, o que possibilita analisarmos o potencial que a escola possui e a importância da continuidade da apropriação dessa experiência educacional por parte dos povos campesinos.

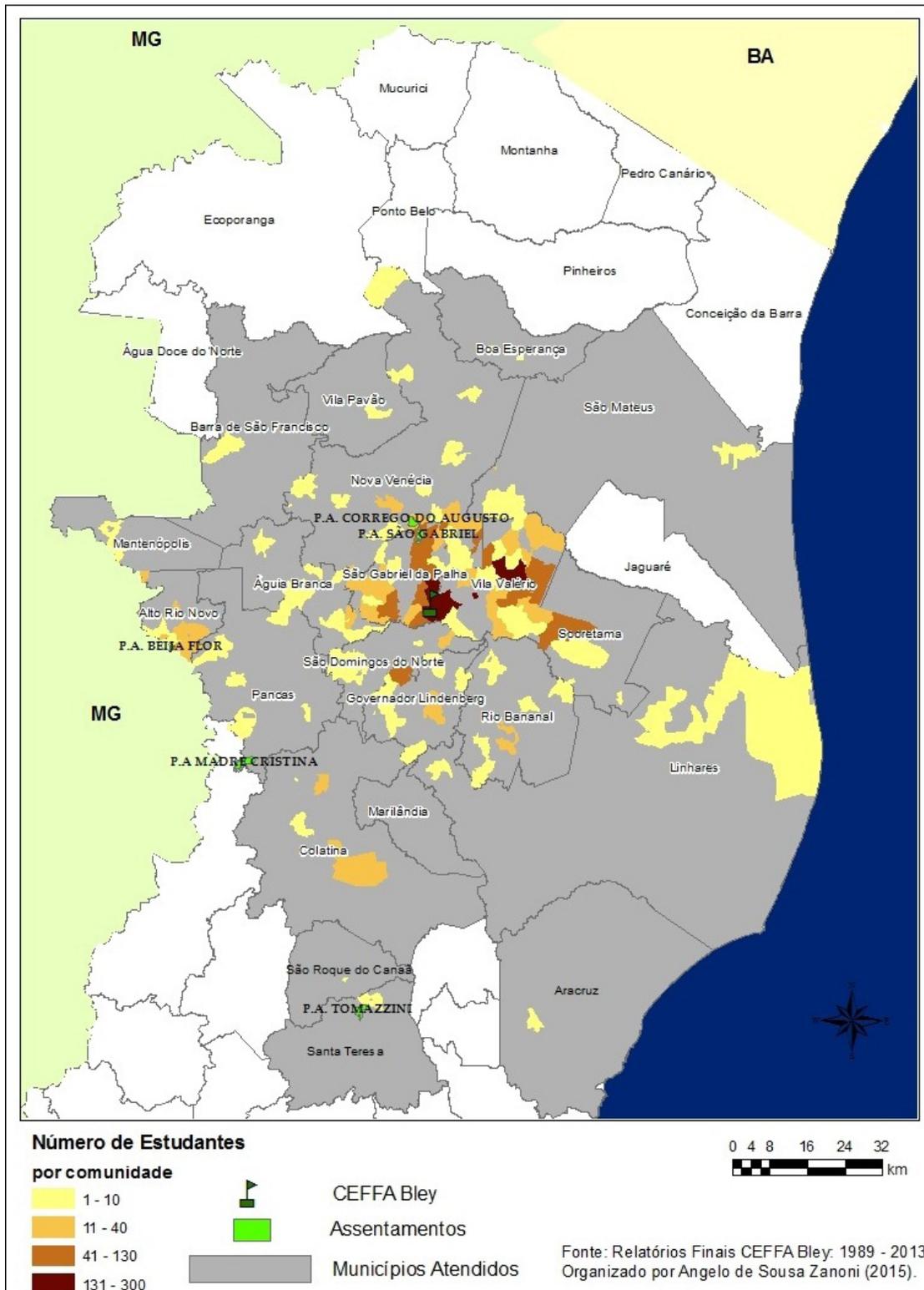


FIGURA 4 - Territorialidade do CEFFA Bley

O CEFFA do Bley, através da alternância, insere-se em diversas comunidades, conforme nos mostra o mapa anterior. Em parceria com outros movimentos sociais, ele contribui na divulgação e no trabalho com base em outras formas de uso e apropriação territorial, que valoriza a diversidade de saberes e práticas dos povos camponeses. Dessa forma, o CEFFA do Bley é um movimento socioeducacional com potencial de r-existência ao modelo agrícola hegemônico, atualmente conhecido como agronegócio. Enquanto as famílias camponesas estiverem se apropriando dessa ferramenta que é a alternância, e ali conduzindo suas práticas com base nos princípios da agroecologia, o CEFFA do Bley continuará sendo um agente transformador e potencial para ampliar e avançar nas práticas culturais agrícolas.

Dentre algumas práticas educativas propostas pelo CEFFA Bley, destacamos a agroecologia, a diversificação e as alternativas comerciais. A agroecologia, sob um viés agrícola, possibilita as famílias conhecerem e aperfeiçoarem seu modo de fazer agricultura sem depender inteiramente dos insumos externos. A diversificação possibilita a família camponesa a não depender de um mercado especializado em apenas um produto, assegurando também a segurança alimentar e nutricional da família. E, ao buscar alternativas comerciais, as famílias camponesas comercializam seus produtos de forma direta, garantindo um preço justo tanto para quem vende quanto para quem consome. Aliando essas propostas às práticas educativas, o CEFFA do Bley torna-se uma estratégia de recriação camponesa no Noroeste do Espírito Santo, por ser um espaço próprio e apropriado pelas famílias camponesas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi através das políticas de colonização no Noroeste do Espírito Santo que se estabeleceu um território caracterizado pela pequena propriedade com forte presença do campesinato. Apesar dos objetivos dessa colonização não serem prioritariamente para a reprodução desse sujeito, mas para maximização do lucro da elite econômica desse estado, as famílias camponesas conseguiram um dos mais importantes elementos para sua existência: a terra. A prioridade dada para essas famílias em detrimento dos indígenas, posseiros e quilombolas é exatamente a adequação e as práticas já desenvolvidas por eles em outras áreas desse estado. A reprodução camponesa em uma sociedade capitalista é possível devido o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo que, ao mesmo tempo em que se reproduz, cria também possibilidade de reprodução de relações não-capitalistas de produção, o que inclui o próprio campesinato.

Estando estabelecidos nessa nova área, os camponeses passaram por uma transformação na agricultura relacionada ao período de industrialização brasileira e de modernização do campo, o que impôs novas formas de se fazer agricultura, caracterizada por alta industrialização no processo de produção. Os pacotes tecnológicos propagando fazia com que os camponeses se inserissem no mercado antes mesmo da realização de sua produção. Ou seja, se fez necessário adquirir fertilizantes, adubos químicos, maquinários, agrotóxicos e outros produtos externos à sua propriedade.

A industrialização brasileira juntamente com a modernização agrícola foi projetada de forma que as populações rurais se mobilizassem nos territórios para garantir a reprodução ampliada do capital. Por isso, a crise do café liberou área e mão-de-obra, as quais em sua maioria se direcionaram às áreas urba-

nas, onde se propagandeava o lugar da “qualidade de vida”, de “geração de emprego e renda”. Mas o que se viu não foi só o inchaço populacional nas cidades, mas também uma série de problemas sociais.

No Noroeste do Espírito Santo, o capital priorizou não a aquisição da terra, mas a dominação da renda da terra, isto é, a monopolização do território a partir do capital rentista. Dessa forma, o capital monopolista se apropriou do fruto do trabalho das famílias dos camponeses, ou seja, o resultado da sua produção. Dominou-se, então, o mercado e então estabeleceu-se os produtos aos quais o interessavam, o que gerou uma paisagem de monocultivos em regiões que predomina a pequena propriedade.

Por outro lado, a característica de criatividade e invenção dos camponeses definida por SHANIN (2008) permitiu que os mesmo criassem condições de se reproduzirem enquanto tal e, para isso, precisaria garantir a autonomia de sua família, de sua terra e de seu trabalho. A agroecologia, a diversificação e as alternativas comerciais são elementos estratégicos para que o campesinato garanta essa autonomia e se reproduzam enquanto tal. Neste trabalho, decidimos indicar a educação do campo, tomando como exemplo o CEFFA do Bley, como um indicador de que o campesinato, ao se apropriar de uma escola do campo, também está fortalecendo suas práticas enquanto sujeito social do campo e, conseqüentemente, sua territorialidade camponesa. Além do mais, os elementos citados (agroecologia, diversificação e alternativas comerciais) podem ser trabalhados dentro das práticas educativas da escola, graças a modalidade pedagógica da alternância, que possibilita a escola trabalhar conteúdos vivenciais dos estudantes em sua realidade familiar e comunitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. 2012. 348f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- BORGO, Ivan; ROSA, Léa B.; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: Edufes, 1996. 178p.
- CAPORAL, Francisco Roberto et al. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma rural sustentável**. 2006. Disponível em <<http://www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf>>. Acesso em: 01 de abr. de 2014.
- DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- DUQUE, Hélio. **A Luta pela Modernização da Economia Cafeeira: assimagem as multinacionais**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 207 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fevereiro-2006.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49 – 78.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213 p.
- MORAES, Cícero. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004. 301p.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)**. *Revista de História (UFES)*, Vitória, ES, v. 9, n. 9, 2001, p. 99-123.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. - São Paulo: Ática, 1987. 88p.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 70 – 107.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.
- \_\_\_\_\_. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. En publicación: *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.
- SANTOS, Milton. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. XII. Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000. p. 103 – 109.
- \_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- SHANIN, Theodor. **Lições camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23 – 48.
- ZANONI, Angelo de Sousa. **Gênese Fundiária e o movimento de territorialização no noroeste do Espírito Santo: um recorte espaço-temporal (1920-1950)**. 2013. 89 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.